

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/38784	51604/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROPOSTA DE DECISÃO PRELIMINAR

Processo: 32077/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Segurança e salubridade das edificações

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Processo: 32077/2025

Local: Calçada de Penelas, nº 6, Merelim São Paio, Panoias e Parada Tibães

Assunto: Reposição de condições de segurança e arranjo estético – muro

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/37897 de 21 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Em ação inspetiva ao local, da qual resultou a informação que antecede, verificou-se que o muro apresenta um acentuado estado de degradação, com fissuração generalizada e perda de estabilidade estrutural, encontrando-se em risco iminente de colapso para a linha de água adjacente, concluindo-se que a estrutura não reúne condições de estabilidade e segurança, representando um potencial risco de desmoronamento e consequente arrastamento de materiais para o leito do rio, o que poderá acarretar impactos negativos ao meio hídrico e situações de perigo, não estando garantidas as necessárias condições de segurança para pessoas e bens que circulem no local.

Assim, propõe-se

1. Notificar a proprietária, nos seguintes termos:

- Foi realizada ação inspetiva ao local, pela Divisão de Fiscalização de Obras Particulares, tendo sido verificado que o muro apresenta um acentuado estado de degradação, com fissuração generalizada e perda de estabilidade estrutural, encontrando-se em risco iminente de colapso para a linha de água adjacente, concluindo-se que a estrutura não reúne condições de estabilidade e segurança, representando um potencial risco de desmoronamento e consequente arrastamento de materiais para o leito do rio, o que poderá acarretar impactos negativos ao meio hídrico e situações de perigo, não estando garantidas as necessárias condições de segurança para pessoas e bens que circulem no local.
- Nesse sentido, dispõe do prazo de **30 (trinta) dias úteis**, para a realização de obras de forma a garantir a reposição das condições de estabilidade do muro e de segurança no local,



nos termos do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual.

- Mais se informa que, pese embora, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 6.º, do RJUE, na sua redação atual, os trabalhos a executar se encontrarem isentos de controlo prévio, está V. Exª obrigada a informar o Município do seu início, conforme artigo B-1/26.º, do CRMB, sob pena de prática de infração contraordenacional.
- Caso não sejam adotadas, no prazo concedido, as medidas tidas por necessárias para garantir a segurança e estabilidade do muro, esta edilidade poderá intimá-los à execução das referidas obras, nos termos e para efeitos dos artigos 89.º e seguintes, do RJUE, na sua redação atual, sendo o incumprimento do ato punido como crime de desobediência, ao abrigo do artigo 100.º, do citado diploma. Acresce que, o incumprimento legitima também o Município a executar coercivamente as obras objeto de intimação, a expensas de V. Exª, aplicando-se com as devidas adaptações, os artigos 107.º e seguintes, do RJUE.)
- Mais se informa que, deverá, previamente, promover todas as diligências e formalidades legais junto das entidades competentes.
- Alerta-se para a responsabilidade civil e criminal que possa advir, caso ocorra algum dano para pessoas e bens em consequência da situação existente.
- A presente situação foi reportada à APA- Agência Portuguesa do Ambiente

2. Dar conhecimento ao reclamante e à APA- Agência Portuguesa do Ambiente

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

